



Número: **0021314-04.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **03/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.555,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LEANDRO MACHADO DE CARVALHO (AUTOR)		ADSON JOSE ALVES DE FARIAS (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
61680953	11/05/2020 09:14	<a href="#">2597651_EMBARGO_DECLARACAO_SENTENCA_1A INST 02</a>	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00213140420198172001

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **LEANDRO MACHADO DE CARVALHO**, opor

#### **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Ante os fundamentos a seguir:

#### **DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO**

Sem adentrar ao mérito da decisão de id: 60427206, informa a V. Exa. que constou na parte dispositiva desta o seguinte:

Posto isso, com fulcro nos artigos 535/538 do Código de Processo Civil, **ACOLHO OS PRESENTES EMBARGOS DECLARATÓRIOS, PARA QUE O TRECHO A SEGUIR DA SENTENÇA EMBARGADA TENHA A SEGUINTE REDAÇÃO:**

*“Ante a sucumbência recíproca, fixo a sucumbência da seguinte forma:*

*1. o Autor deverá arcar com as custas processuais na proporção de 40% e pagar honorários aos advogados da Ré arbitrados, por equidade, em R\$ 600,00 (seiscentos reais), ficando sua exigibilidade condicionada ao implemento da condição prevista no artigo 98, §3º do CPC, respeitado o limite de 05 (cinco) anos;*

*2. a Ré deverá arcar com as custas processuais na proporção de 60% e pagar honorários aos advogados do Autor arbitrados, por equidade, em R\$ 1.000,00 (mil reais).*

*Ficam inalteradas as demais disposições da sentença embargada.*

Com a mais a respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decism.

Verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito a Embargante, vem, informar que houve omissão quanto ao argumento lançado nos embargos de declaração de id: 53692397 acerca do índice de atualização do valor indenizatório.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ocorre a d. decisão não pode prosperar, eis que considerando os termos da r. sentença de id: 52823055, fica inteligível que na verdade pretendia o julgador, tendo em vista que constou como ÍNDICE da correção monetária o ENCOGE **porém expressou um valor por extenso que não guarda nenhuma relação com a condenação.**

Neste ponto, requer seja verificada a omissão informada, devendo-se esclarecer se o índice arbitrado será corrigido e caso sim, que seja observado os ditames legais previstos para a matéria in foco.

#### **CONCLUSÃO**

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, qual seja o índice da correção monetária, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 6 de maio de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

